

Belo Horizonte a seis meses das eleições municipais

O dilema da candidatura própria no PT

Desde o início deste ano, as discussões sobre os rumos de cada partido na disputa eleitoral de 2016 vêm sendo retomadas. O movimento, já intenso em meados do semestre anterior, havia arrefecido em razão da reforma eleitoral que, entre outras mudanças, reduziu para seis meses antes do primeiro turno o prazo exigido para que os candidatos estejam filiados ao partido político pelo qual pretendem concorrer. Se tivesse sido mantida a regra anterior, tal decisão deveria estar tomada em outubro de 2015. Pela nova regra, tal prazo se esgotará no início de abril.

No Partido dos Trabalhadores, essa questão deve ser precedida da discussão sobre a viabilidade de se lançar um candidato próprio. Uma alternativa seria apoiar um candidato proveniente de algum partido em seu campo de alianças. Outro caminho seria, ainda, apoiar diversos candidatos propostos por seus aliados. Subjacente ao debate está a convicção corrente de que os problemas nacionais devem receber, durante a campanha, mais atenção que os problemas locais, próprios de cada município.

De fato, é uma constatação corrente que os governos municipais têm tido dificuldades para honrar suas obrigações. Na Grande Belo Horizonte, ganharam destaque, nos últimos dias, os casos de Betim e de Nova Lima, que vêm impondo severas restrições no atendimento da saúde pública. O município de Betim chegou inclusive a propor fechamento de unidades de saúde e a municipalização de um hospital que, hoje, serve mais amplamente a toda a região. A explicação para essa situação

têm sido as perdas de arrecadação. Vinculam-se, dessa forma, a falência de uma política pública local com a crise econômica que afeta o país. Pode ser bastante presente, ao longo da campanha eleitoral, essa dicotomia que tenta dividir a responsabilidade pela gestão local com os governos estadual e federal. Retraída a arrecadação fiscal, certamente será posta em discussão a partilha dos recursos entre essas três esferas de poder.

A análise mais comum é que isso representará uma dificuldade a mais para os candidatos petistas. A eles interessaria fazer exatamente o movimento contrário, isto é, focalizar no programa de governo local, evitando assim a necessidade de responder às críticas a seus governos no estado e, principalmente, no plano federal.

É possível, por exemplo, que os candidatos petistas tenham que lidar com o temor popular de que os cortes no orçamento federal acabem afetando programas sociais como o Bolsa Família. Já em eleições passadas, essa ameaça se tornou uma arma eleitoral, numa espécie de campanha de contrainformação por diversos lados que acusaram seus adversários de pretenderem acabar com programas sociais.

Um outro aprendizado que se pode ter com a observação de, pelo menos, os dois últimos pleitos, é que boa parte dos eleitores decidem seu voto com base no que ouviu dizer. Predominam a difusão e a crença ingênua em todo tipo de boatos, de generalizações com pouco ou nenhum fundamento. Mesmo estando essa arma ao alcance de

todos os partidos, os quais dela podem fazer uso contra seus oponentes, o momento atual é capaz de ensejar múltiplas oportunidades que – a exemplo do que já se viu em tempos recentes – podem afetar intensamente os candidatos petistas. Estes se encontram mais expostos pelo fato de representarem, neste momento, a situação, já que esse partido detém os governos estadual e federal.

Até mesmo o recrudescimento de uma praga como o *Aedes Aegypti* e as doenças que ele transmite pode contribuir para piorar a percepção em viés negativo do momento por que atravessa o país. Teme-se que o candidato – em particular o petista – acabe sofrendo, na hora do voto, as consequências do corrente clima de insatisfação. Mesmo quando o Governo Federal decide entrar maciçamente numa campanha para eliminar essas doenças, tal ação é interpretada como tardia ou meramente compensatória.

Tudo isso tem sido acentuado pela politização maniqueísta que a mídia realiza ao fazer a cobertura dos fatos, mesmo aqueles mais elementares do cotidiano. O argumento que afirma a imparcialidade pode esconder a constatação de que sempre há maneiras de narrar um mesmo acontecimento de modo a favorecer uma determinada interpretação que se deseja impor. Nesse sentido, uma cobertura midiática dualista e reducionista que – antes mesmo de qualquer verificação dos fatos – já faz julgamentos hostis se torna outra força adversa a ser contornada.

Mesmo considerando que é a imagem do “político” e da política que se encontra desgastada, tanto em razão da crise econômica como dos sucessivos casos de corrupção, é previsível que, para o eleitor médio, tudo isso se confunda e seja tratado como uma coisa só, projetada principalmente sobre a imagem que se faz do Partido dos Trabalhadores.

Dado que as esferas estadual e federal de governo estão sob domínio do PT, esse partido terá que se haver com esse debate. É praticamente senso comum a constatação de

que isso constitui uma dificuldade fundamental para os petistas nas próximas eleições.

No entanto, tem sido comum ouvir, entre os argumentos que defendem o lançamento de uma candidatura própria pelo PT, a alegação de que a próxima campanha constituirá um momento favorável para que esse partido se defenda frente às acusações que tem sofrido, reafirme seus pressupostos ideológicos e rediscuta com a sociedade suas propostas. Nessa lógica, não enfrentar a disputa seria desperdiçar uma dentre as poucas oportunidades para se fazer o debate com a sociedade sem a intermediação que, em outras circunstâncias, é feita com pouca isenção pela grande mídia.

Outra crença comum é a de que, no período eleitoral, os cidadãos costumam estar atentos às questões da política. Alguns analistas consideram que uma abstenção do PT nas próximas disputas seria uma forma de omissão. Outros veem a ausência no pleito até mesmo como uma confissão de culpa.

Segundo essa perspectiva de análise, seria indispensável para o Partido dos Trabalhadores apresentar um nome para disputar a Prefeitura de Belo Horizonte. Sua função seria, primeiramente, enfrentar as críticas que virão, já que o partido responde pelos últimos catorze anos do governo federal e já está no segundo ano de seu mandato à frente do governo estadual.

Conclui-se esse raciocínio com a afirmação de que, caso o PT viesse a ceder aos partidos aliados a indicação do candidato a prefeito, caberia a alguém do outro partido fazer a defesa dos petistas. Quem sustenta essa análise julga pouco razoável esperar que essa tarefa seja cumprida a contento. Afinal, o aliado de hoje é potencial adversário de outro momento. Essa constatação se baseia no padrão problemático com que as relações entre os partidos aliados se dão, baseadas na distribuição de cargos ou de outros favores; no esfacelamento e no loteamento do poder,

ao invés de travarem entre si compromissos fundados em projetos e ideologias comuns.

De fato, caso o PT decidisse apoiar um candidato de outro partido, provavelmente a escolha recairia sobre um nome proveniente do PMDB, seu principal aliado hoje no Governo do Estado. O presidente estadual dessa legenda é o vice-governador Antonio Andrade.

Após a migração partidária autorizada pela Emenda à Constituição 182/2007, a bancada do PMDB se tornou a maior do Legislativo estadual no atual mandato. (Essa alteração das regras será discutida à frente.) Assim como acontece no plano federal, onde o PMDB está em permanente movimento de saída do Governo Dilma – mas reluta em perder as benesses que se alcança quando se está no poder –, também em Minas o governo petista depende dos humores desse aliado instável. Por isso, várias opiniões se concentram em afirmar que o lançamento de candidatura própria evitaria que o PT ficasse a reboque do PMDB.

Tudo isso é discutível e depende estritamente do ponto de vista adotado. Os argumentos favoráveis e contrários mostram ganhos e perdas decorrentes da decisão de se lançar ou não um candidato próprio. Obviamente, isso pode valer, em diferentes medidas, para qualquer partido. No entanto, tem prevalecido, entre as defesas da participação do PT na próxima disputa eleitoral, a ideia de que se trataria de uma questão de sobrevivência política.

Pelo lado dos que defendem que o PT não dispute a prefeitura em Belo Horizonte, os argumentos se diversificam. Dizem, por exemplo, que uma das alternativas para o Partido dos Trabalhadores poderia ser o investimento em cidades do interior. As menores cidades seriam o foco por se julgar que o partido pode sofrer derrota nos médios e grandes centros.

As análises que apostam que esse será o rumo tomado pelo PT supõem que as acusa-

ções de corrupção e a prisão de importantes lideranças petistas repercutirão nas intenções dos eleitores. Também as manifestações que tomaram as ruas no mês de março vêm sendo usadas como evidência dos rumos que o eleitor irá tomar.

Julgam que se deve repetir, nas eleições municipais em Belo Horizonte, o desempenho que o PSDB conquistou com Aécio Neves nas últimas eleições presidenciais. A derrota do tucano aconteceu no interior do estado. Na Capital, ele obteve 64,27% dos votos no segundo turno. Prosseguindo o raciocínio, essa leitura espera uma sequência de derrotas que atingiria o PT até mesmo nas cidades-polo por ele governadas.

A estratégia de ganhar o interior suporia a presença ativa do Governo do Estado junto a pequenos centros urbanos onde poderia haver alguma possibilidade de alcançar vitória, mesmo que tais cidades sejam menos expressivas do ponto de vista político. Ao mesmo tempo, implicaria concentração e investimento menores na Capital e nos polos regionais. Entre as muitas especulações que têm ocupado os jornais, afirma-se que o governador estaria pouco disposto a favorecer a participação de seu partido em Belo Horizonte.

É importante considerar que tal decisão pode trazer implicações sobre a eleição de vereadores na capital. Supõe-se que, para os candidatos ao Legislativo municipal, ter na legenda um candidato majoritário facilitaria a campanha para vereador, mesmo que tal nome não fosse uma figura com reais condições de vitória.

Em outros momentos da história política, o PT lançou candidatos aos quais já se atribuíam, na saída, poucas chances de vitória. Mesmo em tais situações, essas decisões eram cercadas de polêmicas e analistas consideraram, naquelas ocasiões, que importantes lideranças estariam sendo desperdiçadas ou que, pelo menos, poderiam ser melhor colocadas, ao invés de entrarem em uma disputa perdida. Garantir a vitalidade da le-

genda e melhorar as condições de disputa no Legislativo pode ser, eventualmente, um objetivo tático. No entanto, resta saber se, dada a intensa adversidade da presente conjuntura, algum dos potenciais pré-candidatos petistas estaria disposto a tal sacrifício.

Vale lembrar que todos os candidatos e partidos enfrentam, neste ano, a retração dos doadores de campanha. Não só houve a proibição do financiamento eleitoral por empresas, mas também tem se fechado o cerco contra doações consideradas como irregulares. Em particular, deve-se reiterar que, até agora, o poder judiciário e a cobertura jornalística têm dado atenção apenas às irregularidades ocorridas nas contas de campanha petistas. Quanto às doações obtidas por outros partidos, tem prevalecido um suspeito silêncio. É verdade que a escassez de recursos para custear uma campanha, que já se sabe mais breve e mais difícil, é uma condição que afeta a todos os partidos, mas não se pode excluir que tal restrição produza efeitos mais graves para o PT.

Na primeira quinzena de março, parte da imprensa nacional e mineira começou a mudar o discurso, afirmando que já é hora de ser razoável nas investigações; que, continuando no rumo atual, nenhum partido restará de pé; que deve ser evitado o risco de um “estado policial”. Curiosamente, essa mudança de discurso surge no momento em que as denúncias ameaçam atingir os partidos que estão fora do governo federal. Parece suficientemente claro que a corrupção está fortemente associada ao financiamento de campanhas eleitorais. Aprofundando-se a apuração, haver-se-á de constatar que todos os partidos cometeram irregularidades.

Raramente têm sido publicadas análises que sustentam a necessidade, agora, de ir às últimas consequências e apurar indistintamente e rever o modelo. Poucos são os que defendem a necessidade de explicitar a fragilidade do modelo, ao invés de culpabilizar parcialmente apenas uma parte dos partidos.

Até o presente momento não surgiu entre os petistas alguém capaz de superar facilmente tantos problemas. Não obstante, vários são os possíveis candidatos ao executivo municipal de Belo Horizonte por esse partido. Embora alguns nomes que circulavam até setembro passado tenham acabado por desaparecer dos noticiários, outros vêm sendo repetidos como possíveis pretendentes da vaga. Pouco se fala, agora, na possibilidade de o secretário estadual de planejamento e gestão, Helvécio Magalhães, se candidatar. Há alguns meses, também era lembrado o ex-prefeito Patrus Ananias, atual ministro do desenvolvimento agrário, como um forte candidato. Chegou-se a especular sobre sua saída do Governo Dilma na recente reforma ministerial. Nada disso se concretizou até agora.

Dois postulantes estão entre os citados como mais prováveis candidatos petistas. Um deles é o secretário estadual de ciência e tecnologia, Miguel Correia. O outro nome que circula como possível candidato à prefeitura de Belo Horizonte é o de Reginaldo Lopes, deputado federal mais bem votado entre os petistas em todo o país. Lopes se fortaleceu no partido após assumir a Secretaria de Relações Institucionais na executiva nacional. Na imprensa já foi dito que, tendo em vista a disputa, ele teria fixado domicílio em Belo Horizonte. No entanto, vêm aparecendo críticas segundo as quais ele teria pouca relação com a cidade. De fato, em meados de fevereiro Reginaldo Lopes “se colocou à disposição do partido” para postular a vaga de candidato a prefeito. Em ato contínuo, foi lançado também o nome do deputado estadual Rogério Correia.

Ao que parece, esses e outros potenciais candidatos, principalmente aqueles vinculados ao governo estadual, vêm guardando um relativo silêncio, ressalvadas as articulações que estão ocorrendo internamente no partido. Isso pode estar relacionado ao comportamento reticente de Fernando Pimentel

(PT), sugerindo que o governador pode estar evitando (ou ao menos protelando) sua entrada nessa disputa. A derrota de um candidato petista na capital seria, ao mesmo tempo, sua derrota. Por um lado, o governador pode estar temendo as implicações de uma possível rejeição forte a seu partido; por outro, a inevitável exposição trazida por uma campanha eleitoral voltaria os holofotes para as dificuldades financeiras do Estado de Minas Gerais.

Por fim, tampouco se pode descartar que as investigações da Operação Acrônimo ganhem maior visibilidade durante a campanha. Trata-se de uma investigação feita pela Polícia Federal contra um grupo acusado da prática de lavagem de dinheiro. Também é apurado por essa operação a suposta existência de um esquema por meio do qual estaria havendo sobrepreço em contratos com o governo federal. O objetivo de tal prática seria desviar dinheiro para financiar campanhas eleitorais. Pessoas postas sob suspeita nessa investigação teriam tomado parte na campanha eleitoral do então candidato Fernando Pimentel. No início de março, veio a público por meio de um “vazamento” a informação de que, no mês anterior, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), deu autorização para que a Polícia Federal interrogue e indicie o governador mineiro. Segundo se soube, a imprensa tomou conhecimento dessa decisão antes mesmo do advogado da parte interessada.

Esse fato ainda se complica quando se considera que o plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve a desaprovação das contas da campanha do governador nas eleições de 2014. Essas contas já haviam sido rejeitadas, em âmbito estadual, pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG). A Corte superior retirou uma multa milionária que o TRE-MG havia imposto ao Partido dos Trabalhadores. Embora tal decisão não implique perda de mandato, o Ministério Público Eleitoral pode

vir a considerar que tenha havido abuso de poder econômico. Segundo o TRE-MG, a campanha teria custado R\$ 10,1 milhões acima do limite de R\$ 42 milhões autodeclarado pelo candidato.

A defesa de Pimentel nega que tenha ocorrido extrapolação de gastos, mas transferência de recursos das contas da campanha para o comitê financeiro do partido. Também paira a acusação de que despesas feitas por outros candidatos, partidos ou comitês favorecendo a campanha do governador teriam sido omitidas. A alegação de Pimentel segundo a qual ele não tinha conhecimento dessas ações feitas por outros agentes não foi aceita pelo Ministério Público. Quanto ao primeiro fato, a ministra responsável pela relatoria do caso, considerou que a prática do repasse entre contas é definido pela legislação eleitoral como gasto e que não se poderia abrir exceção, interpretando os valores como um erro contábil da coligação questionada, sem desequilibrar uma disputa eleitoral já encerrada, cujas regras deveriam ter sido observadas igualmente por todos os partidos.

Além disso, a defesa de uma candidatura petista poderia indispor o governador com sua base no Legislativo mineiro. A manutenção da frágil estabilidade política na Assembleia, já abalada em razão dos descontentamentos causados por cortes de cargos e verbas, parece ser mais importante, para o exercício de governo desejado por Pimentel, do que a conquista da Prefeitura em Belo Horizonte.

Por todas essas razões, talvez o governador não se envolva pessoal e intensamente na campanha pela sucessão em Belo Horizonte. No entanto, o conflito entre os interesses do governo e os de seu partido tem gerado dúvidas. Alguns analistas chegam a questionar se, afinal, estaria em questão a estabilidade do governo ou os interesses políticos do governador.

O campo político do PMDB

No PMDB, tem prevalecido a proposta de lançamento de candidatura separada do Partido dos Trabalhadores, não obstante, no âmbito do governo, sempre se faça o discurso da unidade entre ambos os partidos. A dubiedade que se verifica no PMDB no plano nacional acontece também no Estado, oscilando de intensidade, conforme o andamento da conjuntura.

À semelhança do que ocorre no plano nacional, também o PMDB mineiro vive seu próprio dilema: existe o desejo de estar no governo e usufruir das vantagens, da partilha de cargos e de poder, decorrentes dessa condição; mas persiste também a necessidade de afastar-se dele para não se deixar afetar pela rejeição resultante da onda de denúncias que o PT enfrenta. Ocasionalmente, mesmo aqui em Minas Gerais, ouvem-se as vozes dos que pretendem abandonar a base aliada. Principalmente entre os deputados estaduais esse tipo de comportamento se repete com alguma frequência. No entanto, a saída da base aliada não ficaria sem consequências para o partido que, aqui no Estado, detém cinco secretarias de governo.

Recentemente, um jornal publicou o balanço dos valores gerenciados pelas pastas mantidas pelo PMDB no governo federal. Esse partido possui sete ministérios, além da Vice-presidência da República. Isso implica que o PMDB administrou, no ano passado, R\$ 167,54 bilhões do orçamento da União. Não importa a esfera de governo que esteja em questão: uma ruptura com o partido que detém o poder implica entrega de cargos. Daí decorreria também a perda de espaço e de outros benefícios políticos que se tem ao assumir a gestão das políticas e serviços públicos.

Enfim, tendo chegado ao poder por meio de uma coligação, seria de se esperar que o PMDB tivesse os bônus e os ônus do lugar que ocupa. Entretanto, esse partido tem con-

seguido manter-se à distância das acusações que, globalmente, sua chapa com o PT vem enfrentando. Sendo verdadeiras as acusações feitas contra o PT, parece inevitável que surja a suspeita de que o PMDB possa ter tomado parte nos mesmos esquemas. Afinal, em tal hipótese, poder-se-ia afirmar que este partido teria se beneficiado por participar da partilha do poder alcançado mediante os supostos esquemas.

No entanto, o PMDB tem tirado proveito da parcialidade com que a mídia vem tratando o argumento. Todas as culpas aparecem como atributos dos petistas, enquanto, na cobertura dada pela imprensa, os demais partidos passam pelas acusações quase incólumes. Casos flagrantes – como o do Deputado Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara, sobre quem pairam várias acusações e processos – aparecem como uma questão de imoralidade pessoal do acusado e são mantidos a certa distância da imagem de seu partido. Tendências semelhantes se verificam em relação a fatos relacionados a partidos como o PP ou o PSDB, entre outros.

Os partidos de oposição parecem poupar o PMDB de críticas mais contundentes. Supostamente, confiam que a adesão dele ao projeto oposicionista garantiria uma transição dentro da normalidade institucional, rebatendo a acusação feita pelo PT de que os opositores estariam adotando táticas golpistas. Uma declaração do senador Aécio Neves (PSDB), após um jantar com a cúpula do PMDB, dias antes da convenção nacional desse partido, permite intuir essa tática em andamento. Segundo o senador, “não é segredo para ninguém que o PMDB tem um papel estratégico na saída e na governabilidade pós-solução para esse impasse”. Nas palavras de Aécio, o impasse seria a crise que, segundo ele, o país atravessa e que seria sanada mediante o impedimento da presidente Dilma Rousseff (PT).

Esse tratamento diferenciado favorece o PMDB, na medida em que lhe permite ostentar uma imagem impoluta, não obstante sua participação em todos os governos desde o restabelecimento da democracia no Brasil, há mais de trinta anos. Colhe os benefícios de um poder que – segundo os opositores – teria sido irregularmente conquistado pela sua coligação com o PT e outros partidos. Contudo, por um ato de manipulação política e midiática, o PMDB parece não sofrer o mesmo desgaste enfrentado atualmente pelos petistas.

Seja como for, pelo menos até o início do mês de março, tem predominado o discurso de que PMDB e PT terão palanques separados. Isso vale não apenas para a capital, mas também para as maiores cidades do estado. Embora não haja notícias de que tenha ocorrido uma decisão oficial, nesse sentido, por parte das cúpulas partidárias, essa parece ser uma tendência até o momento.

Segundo as notícias divulgadas na imprensa, o favorito dentre os possíveis candidatos do PMDB seria o deputado federal Rodrigo Pacheco. No início de março, começou a ser noticiado que já estaria certo que ele será o candidato do partido. Contudo, o nome dele aparece comumente ao lado de outros dois possíveis postulantes ao cargo: o deputado federal Leonardo Quintão e o secretário de estado de meio ambiente Sávio Souza Cruz. As especulações se concentram sobre o primeiro dos três, alegando que Pacheco é desconhecido para o eleitor e poderia tirar proveito dessa “novidade” nas urnas.

Há quem avalie que a própria indicação de Rodrigo Pacheco à presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Câmara dos Deputados já seria parte da estratégia de projeção de Pacheco, com vistas à eleição para prefeito em Belo Horizonte. De fato, a CCJ é uma comissão de grande prestígio e é

muito cobiçada em razão do papel político que ela exerce dentro da Câmara e da visibilidade que ela propicia. A atribuição desse cargo a Rodrigo Pacheco fez parte das negociações que conduziram um deputado governista à liderança da bancada do PMDB na Câmara e que devolveram a Leonardo Quintão a relatoria do Código de Mineração.

Contudo, há outras pessoas que se mostraram interessadas pelo posto de candidato a prefeito de Belo Horizonte. Segundo consta, a pedido do partido, no final de fevereiro, foi feita uma pesquisa na Capital para apurar o desempenho dos possíveis pré-candidatos frente aos eleitores. Além dos três pré-candidatos acima, aparecem na lista dos nomes testados o vice-governador Antônio Andrade; o presidente da Assembleia de Minas, Adalclever Lopes; e o candidato ao Senado, em 2014, Josué Alencar. Constava também o deputado federal Laudívio Carvalho, mas este pediu sua desfiliação do PMDB, no início do mês de março, transferindo-se para o Solidariedade.

Em um dos jornais que circulam em Belo Horizonte foi dito que candidatos de outros partidos também foram testados nessa mesma pesquisa conduzida pelo instituto MDA. Figuram entre os candidatos avaliados o senador Antonio Anastasia e os deputados estaduais João Vitor Xavier e João Leite (PSDB); o ex-governador Alberto Pinto Coelho (PP); o vice-prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros (PV); o secretário de Obras da Prefeitura de Belo Horizonte, Josué Valadão (sem partido); o secretário de Turismo de Minas, Mário Henrique Caixa (PCdoB); o ministro de desenvolvimento agrário, Patrus Ananias; e o secretário estadual de ciência e tecnologia Miguel Corrêa (PT). Finalizada para o uso interno pelo PMDB, pelo menos até o momento não houve publicação dos resultados da pesquisa.

As bases da aliança entre PSB e PSDB

Quando a imprensa mineira começou a acompanhar as negociações entre os partidos para as eleições, em janeiro de 2016, dominava o tom celebrativo, dando como inexorável a vitória de uma coligação que, naquele momento, se julgava natural entre o PSB, do prefeito Marcio Lacerda, e o PSDB, do senador Aécio Neves.

Partia-se do pressuposto de que ambos os partidos podiam contar como certo que o resultado eleitoral favorável alcançado pelos tucanos na Capital, tanto na disputa para governador como para presidente da República em 2014, haveria de se converter em um impulso capaz de conduzi-los à vitória em 2016 e, eventualmente, também no próximo pleito, daqui a dois anos, quando novamente estarão em questão os governos estadual e federal. Outro aspecto que, na leitura aqui descrita, tornava a conjuntura francamente favorável ao campo político constituído desde 2008 pelos dois partidos citados é a instabilidade da coalizão adversária que reúne, entre outros, o PT e o PMDB.

Entre os analistas, tornou-se senso comum a valorização dessa conjunção de fatores que teria o potencial de conduzir Lacerda à eleição de seu sucessor e Aécio à superação da derrota sofrida em Minas Gerais, em razão da qual os tucanos perderam o domínio mantido há doze anos sobre o governo estadual, assim como se fragilizaram na disputa pela Presidência da República.

Computadas as condições em meio às quais o PSDB se aproxima da arena eleitoral; a avaliação positiva de que aparentemente goza o governo de Lacerda; e a momentânea debilidade que se atribui aos adversários, os dois partidos estimam como muito favoráveis as suas chances de vitória. Considerando que a aliança entre o PT, o PMDB e os demais partidos que dão sustentação ao Governo Pimentel pode se esfacelar a qualquer momento, premidos, sobretudo, pela instabili-

dade existente no plano nacional, uma das propostas do campo político formado por PSB e PSDB é entrar na disputa eleitoral unidos em torno de um mesmo candidato.

Os acontecimentos mais recentes, contudo, colocam em xeque o otimismo dessa avaliação. As investigações em curso ameaçam atingir também os partidos de oposição. Por ora, seu alcance e sua profundidade são praticamente imprevisíveis, mas por enquanto não se pode descartar que o favoritismo seja problematizado pelas possíveis revelações.

Nas manifestações ocorridas em 13 de março, em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o senador Aécio Neves foram alvos de invectivas por parte de manifestantes que repudiavam a presença deles no evento. O mesmo se deu aqui em Belo Horizonte contra o senador em plena Praça da Liberdade.

Talvez se trate de fatos isolados, sem maiores consequências eleitorais. Contudo, eles permitem levantar legitimamente a suspeita de que o cenário é mais complexo do que se supunha inicialmente. Pode ser que não haja, no atual momento, nenhuma liderança acima de suspeitas ou imune à desconfiança que atinge, pelo menos em parte, o eleitorado.

Ao que parece, o otimismo que atribuíra antecipadamente a vitória a uma das forças políticas atuantes na Capital dependia, diretamente, da pretensão de se lançar o ex-governador Antonio Anastasia como candidato à Prefeitura de Belo Horizonte. Além de ser um nome de consenso entre os partidos que orbitam em torno do PSB e do PSDB, julgava-se que este seria um candidato imbatível.

Essa proposta foi frustrada pela negativa veemente de Anastasia, que alega não pretender abandonar o recém iniciado mandato como senador. Restando-lhe sete anos de mandato, alguns analisam que o senador não teria nenhuma motivação imediata para en-

trar na disputa. Dado o seu favoritismo, sua vitória seria entendida como natural (e não um mérito pessoal dele); sua derrota, contudo, produziria um enfraquecimento da aura que, na política e na imprensa mineiras, foi criada em torno de sua figura, apresentando-o como um “técnico, não um político”.

Se é válida essa análise, Anastasia teria muito a perder e riscos demais a enfrentar. Seja como for, ele segue sendo considerado uma espécie de coringa, que pode ser sacado pelo PSDB a qualquer momento, se a vitória eleitoral parecer, de alguma forma, ameaçada.

Persistindo a recusa de Anastasia a oferecer-se como candidato, os problemas ganharam volume quando os partidários de PSB e PSDB, imbuídos das mesmas avaliações otimistas da conjuntura, começaram a negociar conjuntamente a formação da chapa. As desavenças apareceram não apenas entre os dois partidos, mas vieram de quase todos os lados com interesse na disputa.

Atualmente, são nove os partidos que constituem esse campo: DEM, PDT, PP, PPS, PSB, PSDB, PTB, PV e Solidariedade. Os potenciais candidatos estão, primeiramente, em batalha interna em seus próprios partidos para garantir a indicação pela legenda a que estão filiados. Além de se impor frente a seus pares, cada partido aspirante à vaga tenta convencer os demais de sua viabilidade eleitoral. Esse confronto se instalou explicitamente após o carnaval e vem ocupando os analistas políticos. Tem ocorrido um jogo de informações e contrainformações que torna virtualmente impossível dizer com certeza como será o desenlace.

Há uma tendência a se manter a aliança entre Aécio e Márcio, principais atores dessa negociação. Contudo, ao redor de cada um desses líderes há uma área de influência ocupada por vários partidos, cada qual com interesses particulares que, eventualmente, podem se constituir em um impedimento para a aliança mais ampla.

Dado o pragmatismo político que costuma caracterizar essas decisões no âmbito dos partidos, a probabilidade maior é de que os múltiplos interesses acabem por convergir. No cômputo final, as disputas seriam meros jogos de cena e posicionamentos táticos. Cada partido estaria buscando conquistar melhores condições que, em se alcançando a vitória na eleição, podem se converter em mais espaço e mais poder dentro do novo governo.

Não se pode excluir, entretanto, que o nível da disputa se eleve a tal ponto que a convivência se torne insustentável, ao menos no primeiro turno. Se isso vier a ocorrer, o antagonismo do atual momento deverá se desfazer em nova reconciliação quando outubro chegar.

Tem sido dito que uma decisão já teria sido tomada: o candidato a prefeito será do PSDB. Nesse caso, restaria ao PSB, ou a outro dentre os demais partidos da provável coligação, a vaga de candidato a vice-prefeito. Se, eventualmente, a escolha do nome recair sobre alguém que não esteja atualmente no PSDB, esse pré-candidato terá de transferir-se para esse partido. Essa notícia tem sido acompanhada pelo argumento de que, em face do desejo de Aécio Neves concorrer novamente à Presidência da República em 2018, seria indispensável recuperar nacionalmente, no âmbito de seu partido, o prestígio ameaçado pela derrota sofrida em Minas nas últimas eleições.

Ao que parece, o PSDB associa sua derrota nas eleições de 2014, em Minas Gerais, à diminuição de sua capilaridade e pretende recuperar o controle sobre o maior número possível de prefeituras. Declarações públicas de seus líderes têm acentuado como objetivo tático a formação de coligações e, onde isso não for possível, há a proposta de se lançarem candidaturas próprias, ainda que a probabilidade de vitória seja menor. Nessa estratégia de recuperação de espaço, a disputa na capital se reveste de particular importância.

A expectativa inicial era a de que se formasse uma chapa tendo como candidato a prefeito um nome do PSDB, escolhido a partir da lista tríplice: o ex-governador Alberto Pinto Coelho (PP), o atual vice-prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros (PV) ou o deputado estadual João Vitor Xavier (PSDB). Com o tempo algumas avaliações começaram a incluir um quarto nome: o deputado Sargento Rodrigues (PDT).

Nessa arquitetura, a indicação do candidato a vice-prefeito viria do PSB. Esperava-se que fosse Josué Valadão (sem partido), atual secretário municipal de obras públicas. Esse era o desenho que aparecia como mais provável na cobertura dos acontecimentos feita pela imprensa.

Uma exigência que se impunha para que tal chapa se efetivasse é que todos os partidos do grupo concordassem com essa formação. Outra era que o candidato tivesse um perfil gerencial, entendendo-se com isso que o escolhido deveria se comprometer com a continuidade do modelo de gestão adotado por Lacerda que, na autoavaliação dos partidos em questão, seria aprovado pela população da cidade. A decisão quanto aos nomes que comporiam, enfim, a chapa seria tomada a partir de pesquisas. Identificando o perfil de prefeito esperado pelo belo-horizontino, o candidato seria então definido. Em outros termos, estava em questão, pragmaticamente, a capacidade que o potencial candidato teria de atrair votos.

Alardeava-se, então, que Marcio Lacerda estaria de acordo com esse arranjo, tendo em vista o apoio que obteria junto ao PSDB para sua candidatura ao cargo de governador ou de senador em 2018. Tendo feito seu sucessor e ganhando o apoio de Aécio Neves e seu partido, o atual prefeito poderia aspirar a novos patamares políticos. O preço a ser pago por isso seria a cessão da vaga de candidato a prefeito aos tucanos. Se o escolhido fos-

se Antonio Anastasia, o benefício poderia ser ainda maior para Marcio Lacerda que espera ter caminho livre, em 2018, para ser legitimado, pelo grupo de partidos aliados, como futuro candidato ao Governo do Estado. Aparentemente, não está descartada a possibilidade de que Anastasia venha a se candidatar a governador em 2018.

Portanto, em sua forma original, o acordo seria que o PSB deixaria de lançar candidatura própria, limitando-se a indicar alguém para a vaga de vice-prefeito. Em contrapartida, o PSDB abriria mão de ter candidato ao governo em 2018 para apoiar Lacerda.

O caminho traçado parecia agradar a todos os partidos, embora a imposição de que o pré-candidato proveniente dos aliados tivesse que se filiar ao PSDB estivesse causando algum incômodo. Tal mudança de legenda deverá ser feita até o dia 2 de abril. Apenas depois disso é que ocorrerão as prévias e, mais tarde ainda, a convenção que consagrará o candidato tucano. Na prática, portanto, o aspirante à vaga pode mudar-se de partido e, ainda assim, não conseguir vencer as disputas internas, tornando-se oficialmente o candidato. Quando o resultado sair, será tarde demais para que o pretendente procure outros espaços para lançar sua candidatura. Daí o esforço que vem sendo envidado para aparar todas as arestas antes do decurso do prazo legal.

Além disso, um ressentimento – resquício de 2014 – havia aflorado nas negociações. As lideranças dos partidos aliados não estariam dispostas a aceitar um candidato imposto sem maiores discussões, como acontecera na escolha de Pimenta da Veiga (PSDB) como candidato a governador por determinação de Aécio Neves. A decisão monocrática teve um preço: ao senador foi atribuída a responsabilidade pela derrota.

Em busca de uma chapa de consenso entre PSB e PSDB

Ainda em meados de janeiro o tom da narrativa começou a mudar. Os analistas políticos começaram a vislumbrar a possibilidade de que a aliança entre PSB e PSDB não fosse tão natural como se tinha suposto. Com a autoexclusão de Anastasia do páreo, começa a haver desacordo quanto ao perfil do candidato ideal.

O relato feito sobre uma reunião que teria ocorrido, naquele período, entre Marcio Lacerda e o deputado federal Domingos Sávio, presidente do PSDB-MG já apontava as dificuldades e anunciava o risco de que os dois partidos não só entrassem separados na disputa eleitoral, mas que tivessem rompidas suas relações.

Em fevereiro, começou a ser noticiado que as pesquisas mencionadas acima estariam sendo feitas. Na lista do PSB estariam sendo avaliados o secretário municipal de obras Josué Valadão (sem partido); a secretária municipal de educação Sueli Baliza (PSB); o vereador Daniel Nepomuceno (PSB); e dois membros da gestão de Aécio Neves: o ex-secretário de cultura Paulo Brant e o ex-secretário de desenvolvimento econômico Wilson Brumer.

Embora não tenha sido divulgada a lista estudada pelo PSDB, especulou-se que nela estariam o senador Anastasia, os deputados João Leite e João Vitor Xavier e o ex-prefeito Pimenta da Veiga.

Em meados desse mesmo mês, ocorreu uma reunião entre Marcio Lacerda e Aécio Neves. O impasse não foi superado. Segundo a maioria das análises na imprensa, Lacerda estaria defendendo um candidato com perfil técnico (leia-se, alguém do meio empresarial). Aécio desejaria indicar alguém do meio político.

Essa dicotomia parece depender de uma concepção equivocada tanto do que se entende por técnica como por política. A primeira é entendida, nessa acepção reducionis-

ta, como uma esfera caracterizada pela imparcialidade e pelas decisões objetivas, livres das relações e disputas de poder que caracterizam a política. Por outro lado, o perfil “político” parece pressupor alguém dedicado aos conchavos e às negociações. Em ambos os casos os termos são entendidos com o simplismo que caracteriza o senso comum. Essa polarização por vezes impede que se compreenda com clareza que as decisões técnicas costumam ter motivações e repercussões políticas. Raramente as fronteiras entre ambas as esferas são facilmente delimitadas.

É discutível tal intenção de indicar um candidato do meio empresarial, alegando que isso seja sinônimo de perfil técnico. Parece estar subentendida a ideia de que a gestão da coisa pública possa ser feita com mais eficácia se forem adotados os parâmetros de administração de uma organização privada e com fins lucrativos. A pertinência dessa presunção costuma ser criticada pelos movimentos sociais, que veem a gestão pública como diametralmente oposta – pelos objetivos que deve atingir – aos paradigmas estritamente mercadológicos da iniciativa privada. Os críticos a essa mentalidade acreditam que ao dar primazia ao técnico já está sendo tomada uma decisão carregada de inúmeras implicações políticas.

De forma diversa, podem existir interesses políticos que se queiram passar clandestinamente como critérios presumivelmente técnicos. Por exemplo, parece pouco razoável desvincular a demarcação de território que o PSB está tentando realizar em Belo Horizonte do movimento mais amplo que esse partido vem fazendo para disputar as eleições em capitais e outros centros urbanos julgados importantes. Em São Paulo, o PSB tentou negociar com Marta Suplicy que pretendia disputar a prefeitura pela legenda. As negociações desandaram e ela acabou indo filiar-se ao PMDB. No Rio de Janeiro, o senador

Romário (PSB) acaba de anunciar que seu preposto deixaria o cargo de secretário de esportes na prefeitura controlada pelo PMDB. O futuro de Romário é a candidatura a prefeito naquela cidade pelo PSB.

Outra medida importante, recentemente tomada pelo PSB, foi a decisão de tornar-se oposição ao Governo Dilma. Até então, o partido afirmava manter uma relação de independência frente à gestão petista, embora já mostrasse práticas tipicamente opositoras. O preço pago por esse partido foi a ruptura com importantes lideranças históricas, entre as quais o seu ex-presidente Roberto Amaral e a deputada federal por São Paulo Luiza Erundina por que decidiram deixar o partido, em razão de divergências ideológicas.

Parte desse significativo reposicionamento estratégico seria lançar o candidato a prefeito também em Belo Horizonte. Embora o PSB mineiro ainda não tenha admitido oficialmente sua intenção de lançar sozinho o seu candidato, essa possibilidade já vem sendo objeto de muitas especulações. Persistindo esse projeto, a aliança com o PSDB se tornaria inviável, já que ambos os partidos estariam reivindicando a prerrogativa de ser a cabeça de chapa.

Prevalecendo a indicação de um nome incapaz de aglutinar os vários interesses, teme-se que se repita o abandono do candidato pelos partidos aliados, a exemplo do que ocorreu com Pimenta da Veiga em 2014. Alguns analistas consideram que Pimenta da Veiga teria sido abandonado em meio à campanha que o conduziu à derrota, porque seus supostos aliados não encontraram estímulo para se envolver na campanha.

Tem sido dito que a primeira opção do PSDB, em caso de dissolução da aliança que mantém a capital mineira sob seu domínio, por meio do PSB, desde 2008, seria a candidatura de Alberto Pinto Coelho, que migraria do PP para o PSDB. Ele teria o desejado poder de aglutinação dos demais partidos que restariam sob a zona de influência tucana.

No entanto, caso a ruptura da aliança se concretize, também pode ocorrer uma dispersão de candidaturas no campo dos atuais aliados de Lacerda e de Aécio. O atual vice-prefeito Délio Malheiros tanto pode lançar candidatura pelo seu atual partido (PV), como pode ser acolhido como candidato pelo PSDB e migrar para esta última legenda. Seria possível também que o ex-governador Alberto Pinto Coelho mantivesse sua candidatura pelo PP, ao invés de sua proposta migração para o partido de Aécio.

Poderiam ser citados outros nomes que seguem sendo objeto de articulações, como o do deputado estadual Gustavo Corrêa (DEM) ou o do deputado estadual João Leite (PSDB). Este último, porém, pode ter de enfrentar uma dificuldade adicional no caminho de afirmação de sua candidatura.

Em meados de março, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) retome o julgamento do processo de abuso de poder econômico e uso de estrutura pública para realização de evento de campanha contra ele e os integrantes da chapa que concorreu ao governo de Minas em 2014. Como, em sua atuação na Assembleia Legislativa, o deputado vem encampando um discurso de defesa da moralidade é provável que essa acusação se torne um argumento usado contra ele numa eventual campanha para prefeito.

Também o deputado estadual João Vítor Xavier (PSDB), hoje uma opção menos comentada, pode ocupar um novo plano, caso não vingue a aliança de seu partido com o PSB. Decidido a candidatar-se à prefeitura esse deputado já estaria pronto para transferir-se para o PSD. Essa notícia foi amplamente divulgada até que, já em março, o senador Aécio Neves teve um encontro com Xavier, no qual, supostamente, lhe teria sido garantido que o processo interno de escolha de candidato seria democrático. Em se abrindo uma porta no seu próprio partido, pelo me-

nos em princípio, parece não mais ter havido razões para evadir-se de sua atual legenda. O fato é que o deputado deveria tomar sua decisão até o dia 18 de março, quando se encerra o prazo para mudança de partido. Nesse período, possivelmente as discussões ainda estarão acontecendo dentro do PSDB que não dá sinais de resolver rapidamente o impasse em que se encontra a problemática aliança com o PSB.

Embora seja pouco previsível o desfecho desse embate, é praticamente consenso en-

O pragmatismo dos pequenos partidos

Tal como ocorre nas maiores legendas, a realocação dos futuros candidatos que se encontram dispersos entre os partidos com menor representação na Capital mineira tem sido marcada pelo pragmatismo político e nenhuma fidelidade ideológica. Está sendo comum que parlamentares antes filiados a partidos da base do governo se desloquem para o campo da oposição, assim como se multiplicam os casos de movimentos em direção contrária. Não há nenhuma justificativa para isso, exceto a necessidade dos potenciais candidatos de encontrarem mais espaço de ação e melhores condições para enfrentarem a disputa que se aproxima.

Tal como já enunciado acima, a oportunidade para a troca de partido foi aberta por uma emenda constitucional aprovada pelo Senado no mês de dezembro de 2015. De acordo com a nova versão da regra, um político pode abandonar, sem perder seu mandato, a legenda pela qual foi eleito, desde que o faça em um período de trinta dias após a promulgação da emenda. Essa “janela” entrou em vigor no dia 18 de fevereiro e se encerra, portanto, neste mês de março.

Além disso, a legislação eleitoral estabelece que, para se candidatar, o cidadão deve estar filiado ao partido político de sua escolha seis meses antes da eleição. Neste ano, esse prazo será o dia 2 de abril. Em razão

tre os analistas que há maior tendência em se resolver o impasse e se consolidar a coligação entre PSB e PSDB. Outros consideram que os fatos estão seguindo o planejado. Em março, tem se falado que a próxima rodada de negociações será subsidiada pelo resultado das pesquisas e que o nome de consenso será conhecido em abril ou maio. O momento atual, porém, ainda segue sendo bastante nebuloso.

dessas datas, os últimos dias têm sido marcados por uma intensa movimentação nos partidos políticos.

Essa emenda – que criou uma “janela” de trinta dias para que políticos eleitos por uma legenda possam mudar para qualquer outra, sem a perda de seu mandato – sofreu severas críticas de movimentos sociais que viram, na brecha criada pelo Senado, uma traição ao espírito da legislação eleitoral que, em tempos recentes, vinha restringindo sempre mais as possibilidades de troca de partido. O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) considerou que isso desvaloriza o voto do eleitor que escolhe seu candidato pensando em função do partido a que este se encontra filiado.

Essa questão foi casuisticamente votada pelos senadores. Ela fazia parte das mudanças na legislação eleitoral feitas pela Câmara dos Deputados em 2015, as quais ainda aguardam aprovação no Senado. A reforma proposta é superficial e insuficiente, segundo o ponto de vista do MCCE. Além disso, o consenso só estaria sendo alcançado em questões como essa aqui discutida, que beneficia os jogos políticos apreciados pelos parlamentares. Outros aspectos essenciais não são votados ou têm sido sistematicamente barrados no Congresso.

Beneficiados por tal mudança e atentos ao cronograma, ao longo dos três primeiros meses do ano, diversos partidos estão definindo seus candidatos. É preciso considerar que, neste momento, qualquer decisão ainda pode ser alterada. A definição dos candidatos em convenção partidária só ocorrerá, oficialmente, entre 20 de julho e 5 de agosto. Até lá, os partidos costumam lançar pré-candidaturas para demarcar posição e melhorar suas condições de negociação. Portanto, ainda há tempo bastante para que coligações se formem e se desfaçam nos próximos meses. Contudo, parece importante acompanhar também essas movimentações já que elas podem vir a ganhar consistência, modificando a correlação de forças no município.

Um nome apresentado como candidatura já definida é o do deputado federal Marcelo Álvaro Antônio, recém-filiado ao Partido da República. Essa candidatura se viabilizou no momento em que o deputado federal Lincoln Portela e o deputado estadual Léo Portela deixaram o PR. Atualmente, esse partido faz parte da base aliada do governador Fernando Pimentel (PT). Nas eleições de 2014, porém, compôs a coligação “Todos por Minas”, que apoiou o candidato Pimenta da Veiga (PSDB).

Lincoln Portela e Leo Portela se mudaram para o PRB, que, oficialmente, faz parte da base aliada de Pimentel. Até o começo deste mês, Léo Portela era o vice-líder do governo

O divórcio entre o técnico e o político

Na cobertura jornalística à movimentação que vem se dando nos partidos políticos menores, chama a atenção, primeiramente, o silêncio a respeito dos partidos tradicionalmente ligados a movimentos populares e defensores de uma ideologia mais à esquerda no espectro político como o PCO, o PSTU e mesmo o PCdoB. Salvo raras e isoladas notícias, pouco se conhece sobre as decisões que tais partidos vêm tomando com relação às eleições de 2016 em Belo Horizonte.

na Assembleia Legislativa. Segundo declarou em seu *site*, deixou o posto por discordância da política estadual antidrogas. Na disputa eleitoral em Belo Horizonte, os dois deputados devem apoiar o candidato lançado pelo prefeito Marcio Lacerda.

Outro candidato que já se apresentou é o deputado federal Eros Biondini, que se filiou ao PROS, assumindo em ato contínuo a presidência estadual da legenda. Lideranças do partido ressaltaram a importância de uma candidatura própria em Belo Horizonte e, ao mesmo tempo, se dispuseram a negociar com outras forças políticas da capital. O partido é da base aliada do governo no Legislativo mineiro, mas seu arco de alianças se estende também para o PTN, o PMB e o PTdoB (que lançou também como pré-candidato o deputado federal Luis Tibé). Antes da migração partidária, ocorrida no início de março, Biondini era filiado ao PTB, que faz parte do bloco de oposição e é um costureiro aliado dos tucanos.

Também a Rede Sustentabilidade pretende lançar candidato próprio em Belo Horizonte. O partido entende que pode tirar proveito do fato de que Marina Silva venceu o primeiro turno da eleição presidencial nessa cidade em 2014. Os nomes cogitados para disputar o cargo e granjear a herança eleitoral de Marina são o ex-petista Paulo Lamac e o ex-vice-prefeito Ronaldo Vasconcelos.

De modo diverso, os jornais ficaram muito interessados em noticiar a candidatura do PHS, cujo pré-candidato deve ser Alexandre Kalil, ex-presidente do Clube Atlético Mineiro. Desde 2014, Kalil esteve filiado ao PSB. Em meio a especulações, ele chegou a ser mencionado como um possível candidato apoiado por Marcio Lacerda. O discurso que já começa a se esboçar como defesa da candidatura de Kalil insiste na pretensa separação entre técnica e política.

Esse argumento já foi problematizado acima, ao longo da reflexão aqui produzida. Supõe-se, nesse raciocínio, que um candidato oriundo de fora do “meio político” poderia exercer maior atração sobre o eleitor e alcançar melhor desempenho na gestão pública.

Pressupõe-se que a rejeição que presumivelmente pesa contra os “políticos tradicionais” seria superada por alguém que sabe “administrar bem”. Parece haver, neste caso, suposições discutíveis que acabam por trair uma certa concepção de política e de políticos. Supõe-se, por exemplo, que a experiência à frente de empresas ou de uma agremiação possa ser transposta de modo natural para a gestão pública. Usualmente, esse olhar parece desconhecer as especificidades da formulação de políticas públicas, que deveriam priorizar o bem comum – defendendo, em particular, os mais desprotegidos – ao invés de favorecer o uso privatista dos bens coletivos.

Outra situação é a crença de que um candidato possa ter perfil meramente técnico, como se o simples fato de entrar na disputa já não o lançasse necessariamente no campo dos acordos e negociações inerentes ao fazer político. Isso é demonstrado pelo fato de que já vem se tornando um padrão, nas últimas eleições brasileiras, que legendas com menor representatividade recorram com frequência

à indicação de pessoas já conhecidas e com grande apelo popular, independentemente da densidade ou de uma afinidade ideológica consistente do candidato. Na prática, tem sido usual que primeiramente se defina o candidato e, quando muito, só depois se pense em um programa político.

Esse tipo de situação parece demonstrar que o critério técnico, na verdade, já é um critério político.

Seja como for, a entrada de Kalil no páreo tem sido lida nos campos majoritários como um fato que teria o potencial de levar a disputa pelo Executivo municipal para um segundo turno. Na leitura de um importante líder petista, a entrada de Kalil aumenta a pulverização de candidaturas que, ao que parece, favoreceria a estratégia, que se pode supor em andamento no PT, de ter vários candidatos de seu campo de relações. Um líder do PSDB vê, nesse fato, um reforço à necessidade de seu partido conseguir manter coesos os aliados em torno de um candidato único aliado com o PSB.

Ambos os lados, pretendem atrair as graças do novo concorrente. Ambos desejam contar com Kalil como mais uma força contra o seu adversário. O pré-candidato, porém, já declarou que não pretende fazer uma campanha agressiva e que deseja estabelecer diálogo com os dois segmentos políticos.

Vereadores se dizem aliados das decisões eleitorais

Um evento liderado pelo presidente da Câmara de Belo Horizonte, vereador Wellington Magalhães (PTN), reuniu boa parte dos vereadores de Belo Horizonte, na primeira quinzena de março, para tratar das eleições na cidade. Segundo alguns participantes, os vereadores desejam ter mais espaço e mais poder na definição dos candidatos que entrarão na disputa pela prefeitura. Embora tenham participado do encontro vereadores de várias legendas, inclusive do campo político

do governo Pimentel, ao que parece, a principal reclamação é a de estarem fora das articulações que devem definir a candidatura no campo de Marcio Lacerda (PSB) e de Aécio Neves (PSDB).

Os números publicados são descontraídos, mas, dos 41 vereadores existentes na Câmara, cerca de trinta participaram da reunião, além de líderes partidários e alguns deputados federais. A ideia seria formar uma coalizão que permitisse aos onze partidos

presentes propor uma candidatura fortalecida com um nome tirado do próprio grupo. Os partidos presentes no evento foram: PR, PROS, PRP, PSC, PSD, PSDC, PSL, PTdoB, PTN, PV e Solidariedade (SD). Não foi definido quem seria esse candidato capaz de congrega-los tantos interesses, mas foi noticiado que alguns pré-candidatos participaram do encontro, como Marcelo Álvaro Antônio (PR), Luis Tibé (PTdoB), Diego Andrade (SD) e Laudívio Carvalho (SD).

Não parece estar em questão fazer-se uma oposição à aliança entre o PSB e o PSDB. Embora possam estar caminhando para lançar, como grupo, um candidato próprio, pa-

rece possível que este evento seja apenas um jogo tático, com o objetivo de chamar a atenção dos partidos aos quais tem sido dada maior atenção no processo de escolha do candidato. Afinal, pode ser pouco interessante para Aécio – para quem a vitória na Capital se reveste de significado e de implicações para seu futuro na disputa pela Presidência da República – que os partidos com potencial de aglutinação em seu campo se dispersem e proponham uma candidatura concorrente.

Em comum, os partidos reclamantes têm o discurso de que a definição de um candidato não pode ser imposta, mas sim objeto de discussão e negociação.

Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: www.pucminas.br/nesp | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges - RENS

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves